

## Documento de posicionamento de WIEGO, StreetNet International, HomeNet International, IDWF e GlobalRec em preparação para a discussão geral da CIT sobre desigualdades e o mundo do trabalho 25 novembro – 10 dezembro 2021

*“A desigualdade define o nosso tempo.”*

(Secretário Geral da ONU António Guterres<sup>1</sup>)

A pandemia COVID-19 voltou a colocar a desigualdade no topo da agenda internacional. Apesar de um decréscimo modesto pré-pandemia no número de pessoas que vivem em pobreza extrema,<sup>2</sup> assistimos com a pandemia COVID-19, pela primeira vez em 21 anos, a um aumento de cerca de 224 milhões de pessoas extremamente pobres entre março e dezembro de 2020. Ao mesmo tempo, a riqueza de bilionários aumentou em mais de USD 3.9 trilhões.<sup>3</sup>

O que ignoramos muitas vezes na análise da desigualdade global, contudo, é a questão do emprego informal. Este documento irá demonstrar como a desigualdade causa informalidade. Concluimos com um conjunto de reivindicações que urgimos o comité para as Desigualdades e o Mundo do Trabalho (CIT 2021, 25 Nov-10 Dec) a tomar em conta na elaboração das suas conclusões.

### Quem são as e os trabalhadores da economia informal?

Os trabalhadores da economia informal representam 61 por cento da força de trabalho global. Nas economias em desenvolvimento, isso sobe para 90 por cento, em comparação com 67 por cento nas economias emergentes e 18 por cento nas economias desenvolvidas.<sup>4</sup>

Os trabalhadores da economia informal são assalariados informais sem contrato ou sem acesso a apoios sociais relacionados com o trabalho, como é o caso de 80% das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, ou são trabalhadoras e trabalhadores por conta própria, como vendedores ambulantes

<sup>1</sup> UN Secretary General António Guterres, Nelson Mandela Lecture. 18 July 2020. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2020-07-18/secretary-generals-nelson-mandela-lecture-%E2%80%9Ctackling-the-inequality-pandemic-new-social-contract-for-new-era%E2%80%9D-delivered>

<sup>2</sup> <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>

<https://www.worldbank.org/en/research/brief/policy-research-note-03-ending-extreme-poverty-and-sharing-prosperity-progress-and-policies>

<sup>3</sup> UN Secretary General calls for accelerated action on jobs and social protection. [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_821167/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_821167/lang-en/index.htm)

<sup>4</sup> WIEGO. A statistical picture. <https://www.wiego.org/statistical-picture>

e catadores de materiais recicláveis. As trabalhadoras e trabalhadores em domicílio alternam entre essas duas categorias de trabalho. Aproximadamente um terço de todos os trabalhadores da economia informal em todo o mundo são trabalhadores assalariados e dois terços são trabalhadores por conta própria.

A informalidade do emprego é genderizada, particularmente no Sul Global. Nas economias em desenvolvimento, 92 por cento do emprego feminino é informal, em comparação com 87 por cento do emprego masculino.<sup>5</sup> Tal como acontece com as mulheres com empregos formais, as trabalhadoras na economia informal tendem a ganhar menos, têm menos poupanças e menos acesso à proteção social adequada e são mais sobrecarregadas com cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens.<sup>6</sup>

Pre vemos que exista um aumento significativo na proporção de trabalhadores com empregos informais. A OIT calculou que, em 2020, o equivalente a 255 milhões de empregos em tempo integral foram perdidos como resultado da pandemia, especialmente em setores de baixos salários como comércio varejista e hotelaria. Tal teve impacto sobre os empregos e os salários dos trabalhadores por conta própria na economia informal, conforme demonstrado em um estudo da WIEGO que avaliou 12 cidades em todo o mundo.<sup>7</sup> O trabalho informal também está crescendo devido à chamada gig economy.

As trabalhadoras e os trabalhadores da economia informal não só constituem a maioria dos trabalhadores em todo o mundo, mas a contribuição das empresas do setor informal para o produto interno bruto (PIB) é significativa, especialmente nos países em desenvolvimento. Uma publicação da WIEGO de 2013 dá exemplos da Índia (46,3%), Togo (56,4%) e Colômbia (32,2%), entre outros.<sup>8</sup> Além de evidenciar sua contribuição econômica, a pandemia ilustrou o papel vital que muitas trabalhadoras e trabalhadores e suas organizações na economia informal desempenham na segurança alimentar e na economia de cuidados.

## Desigualdade, COVID-19 e trabalhadoras e trabalhadores da economia informal

**Durante a pandemia COVID-19, esses efeitos foram exacerbados para as trabalhadoras e os trabalhadores da economia informal:**

- **Seus rendimentos são baixos e instáveis, sofrem défices extremos de trabalho decente (incluindo longas jornadas de trabalho, e também saúde e segurança precárias), muitas vezes agravados em função do seu gênero, raça, etnia, casta e / ou classe social.**
- **Choques externos**, como a pandemia, mas também desastres naturais e desastres relacionados com as alterações climáticas, atingem estas trabalhadoras e trabalhadores com mais força, pois

---

<sup>5</sup> WIEGO. A statistical picture. <https://www.wiego.org/statistical-picture>

<sup>6</sup> UN WOMEN. 16 September 2020. <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/9/feature-covid-19-economic-impacts-on-women>

<sup>7</sup> <https://www.wiego.org/covid-19-crisis-and-informal-economy-study-city-fact-sheets>

<sup>8</sup> <https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/WIEGO-productivity-urban-informal-economy.pdf>

são frequentemente excluídos da cobertura de proteção social e das transferências em dinheiro e em espécie concedidas pelo estado em circunstâncias de emergência. Nos confinamentos mais duros no início da pandemia, um grande número de trabalhadoras e trabalhadores da economia informal não conseguiu trabalhar. Para muitos, isso significava nenhum rendimento - muitas vezes levando à fome.

- As trabalhadoras e os trabalhadores da economia informal **são excluídos da maioria das proteções sociais**. Os programas de assistência social muitas vezes não os alcançam, a segurança social tende a limitar-se aos trabalhadores da economia formal e, muitas vezes, os serviços sociais fornecidos pelo estado, como assistência médica, se disponíveis, são de baixa qualidade. No contexto da pandemia, a assistência muitas vezes excluiu trabalhadoras e trabalhadores da economia informal ou não conseguiram acessar a eles devido a procedimentos burocráticos e pouco acessíveis.
- **A pandemia COVID-19 exacerbou as desigualdades globais pré-existentes no acesso aos cuidados de saúde, que ficaram expostas na distribuição de vacinas**. O acesso à vacina tem sido limitado por dificuldades de registro e pela indisponibilidade dos serviços de vacinação fora do horário de trabalho. O acesso a informações precisas sobre a segurança e eficácia das vacinas também tem sido um desafio, com ênfase na educação no local de trabalho formal. Os trabalhadores da economia informal estão particularmente preocupados com os possíveis efeitos colaterais que podem colocá-los fora do trabalho por um dia ou mais, sem nenhum subsídio ou benefício de doença para cobrir as ausências. No final de setembro de 2021, apenas 2 por cento da população em países de baixo rendimento - a maioria dos quais em África - havia recebido pelo menos uma dose de uma vacina contra a COVID-19, em comparação com cerca de 65 por cento da população de países de renda alta. Esse acesso desigual às vacinas está contribuindo para taxas assimétricas (e, portanto, desiguais) de recuperação econômica.
- **As leis tributárias muitas vezes penalizam as trabalhadoras e trabalhadores da economia informal**. Muitos governos interpretam a Recomendação 204 da OIT, sobre a transição da economia informal para a economia formal, como uma simples mudança para fazer com que os trabalhadores informais paguem impostos, sem proteções sociais adequadas ou infraestruturas de apoio em troca. No entanto, muitas trabalhadoras e trabalhadores da economia informal já pagam impostos locais, taxas e licenças de operação como condição para fazer seu trabalho, com poucas ou nenhuma oportunidade de subsídios e muito pouco apoio em troca. Em contraste, muitos dos ricos no topo da pirâmide econômica evadem o pagamento de impostos usando brechas ou negociam taxas especiais de impostos. Uma investigação recente mostrou que mais de US \$ 427 bilhões são perdidos a cada ano em impostos para paraísos fiscais.<sup>9</sup>
- As trabalhadoras e os trabalhadores da economia informal são frequentemente **excluídos das leis e regulamentações laborais**, o que significa que não são reconhecidos ou protegidos. Além disso, uma gama complexa **de legislações / regulamentações** nacionais, setoriais e municipais regulam as atividades econômicas na economia informal. Estas têm frequentemente uma abordagem

<sup>9</sup> Tax Justice Network. 3 Outubro 2021. <https://taxjustice.net/2021/10/03/pandora-papers-shows-transparency-failure-is-an-accountability-failure/>

punitiva, onde as contravenções são muitas vezes tratadas como ofensas criminais. Os meios de subsistência das trabalhadoras e trabalhadores da economia informal são comprometidos no processo e seus direitos humanos são frequentemente violados.

**As trabalhadoras e trabalhadores da economia informal exigem princípios e práticas que atendam às suas circunstâncias particulares, e estratégias para reduzir a desigualdade e para a recuperação econômica.**

As organizações de trabalhadoras e trabalhadores da economia informal exigem que a implementação da Recomendação 204 da OIT se torne uma prioridade e que esteja incluída nos planos de recuperação econômica nacional, que devem ser centrados no ser humano e no combate à desigualdade. O Preâmbulo R204 reconhece que a maioria das pessoas que ingressam na economia informal não o faz por escolha, mas como consequência da falta de oportunidades na economia formal.

Os seguintes princípios e práticas devem ser aplicados:

### **1 Não fazer mal**

Respeitar os direitos fundamentais das trabalhadoras e trabalhadores e garantir oportunidades de segurança de renda e meios de subsistência (R204, 1a) deve ser o ponto de partida para quaisquer medidas legais ou regulamentares. As ações punitivas empreendidas por funcionários do governo local, incluindo a polícia, devem parar. Estas incluem assédio, extorsão, despejos e confiscos.

### **2 Reconhecimento legal, proteção legal e estruturas legais**

As trabalhadoras e os trabalhadores assalariados e por conta própria na economia informal precisam ser reconhecidos como trabalhadores ou agentes econômicos com uma posição legal clara em todos os domínios jurídicos-regulatórios de políticas relevantes. Isso deve incluir a promoção de estratégias de desenvolvimento local, tanto rural quanto urbano, incluindo o acesso regulamentado ao espaço público e aos recursos naturais para a subsistência (R204, 11o). O reconhecimento como agentes econômicos contribuintes legítimos por parte dos formuladores de políticas que estruturam as políticas macroeconômicas e econômicas específicas do setor é essencial. Isso obriga ao alargamento do escopo das leis laborais para categorias de trabalhadores assalariados tradicionalmente excluídos (por exemplo, trabalhadores domésticos, trabalhadores no domicílio, trabalhadores agrícolas) e / ou alterar as leis para que cubram toda a gama de relações empregador-empregado sob as quais o trabalho é executado.

### **3 Políticas de desenvolvimento sustentável**

As estruturas de políticas devem promover estratégias para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, o crescimento inclusivo e a criação de empregos decentes na economia formal (R204, 11a). Globalmente, os regimes de comércio e investimento - que atualmente colocam em desvantagem os países em desenvolvimento, reduzindo-os a contribuintes líquidos para a riqueza global - devem se tornar equitativos. A prática de remoção por exportação de países em desenvolvimento de grandes quantidades de matérias-primas naturais - sem concomitante investimento local em manufatura, serviços, infraestrutura e proteção social - deve acabar.

#### **4 Normas internacionais de trabalho**

As normas internacionais do trabalho estabelecem direitos e proteções mínimas para todas as trabalhadoras e trabalhadores, independentemente de sua situação profissional. Por meio da sua implementação apoiam a redução de algumas desigualdades no mundo do trabalho. A crise atual demonstrou a necessidade de acelerar a ratificação e implementação das normas internacionais do trabalho.<sup>10</sup> Aquelas particularmente relevantes para os trabalhadores da economia informal são C177, C189 e C190. As recomendações relevantes são R204 e R202.

#### **5 Aumento de salários e renda**

Aumentar os salários e outros rendimentos das trabalhadoras e trabalhadores pobres, especialmente das mulheres, e reduzir os dos muito ricos, é a pedra angular para enfrentar a desigualdade. A Constituição da OIT apela em seu preâmbulo para uma melhoria urgente das condições de trabalho, incluindo “a provisão de um salário mínimo digno”. A Convenção 131 da OIT (Convenção sobre Fixação de Salário Mínimo) prevê um mecanismo para proteger os trabalhadores contra salários indevidamente baixos. Para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, a C189 afirma que devem ter os mesmos direitos que os outros trabalhadores, o que inclui qualquer nível de salário mínimo nacional existente. Um salário mínimo baseado nas necessidades reais dos trabalhadores assalariados e de suas famílias terá um impacto positivo na renda dos trabalhadores por conta própria.

#### **6 Condições que permitam que trabalhadoras e trabalhadores por conta própria melhorem sua renda**

Para os trabalhadores por conta própria na economia informal, a provisão pelo Estado de um ambiente físico favorável é urgente. A provisão de saneamento, acesso à água e eletricidade em locais de trabalho públicos, instalações de armazenamento, apoio de mercado, transporte público decente e acessível, direitos de uso da terra e direitos de uso de propriedade – coletivamente, estes fatores contribuiriam para aumentar a produtividade e, assim, melhorar os rendimentos. A prestação de cuidados das crianças e os serviços de saúde também têm impacto na produtividade de todos os trabalhadores da economia informal. Além disso, estas condições devem incluir procedimentos de registro acessíveis, justos e simplificados, sistemas de tributação progressiva e um ambiente financeiro favorável, incluindo empréstimos e subsídios sem juros ou com juros baixos. As condições devem possibilitar a obtenção de meios de subsistência que reflitam salários dignos.

#### **7 Aquisições governamentais e pagamento de serviços prestados por trabalhadores por conta própria**

Os governos podem contribuir para a formalização de trabalhadoras ou empresas na economia informal, adquirindo alguns dos bens e serviços produzidos por trabalhadores informais ou empresas que estão em transição. Um caso em questão durante a pandemia é a produção de equipamentos de proteção individual. Os serviços prestados por trabalhadores da economia informal, como catadores de materiais recicláveis, aos municípios devem ser reconhecidos e recompensados com um pagamento suplementar, como é a prática em Buenos Aires, Argentina.

<sup>10</sup> Relatório OIT “Inequality”, para. 101

## 8 **Proteção social e acesso a serviços públicos de alta qualidade**

Em muitos países, as pessoas pagam quantias consideráveis a fornecedores públicos ou privados para fazer cumprir seus direitos e necessidades básicas, como saúde, educação e cuidados das crianças<sup>11</sup>. As trabalhadoras e os trabalhadores da economia informal geralmente não podem pagar por esses serviços e, portanto, suas necessidades básicas não são atendidas. A proteção social universal, incluindo a extensão dos esquemas contributivos e não contributivos aos trabalhadores da economia informal, é uma parte essencial da redução da desigualdade. Os procedimentos administrativos, subsídios e contribuições precisam ser adaptados à capacidade de contribuição daqueles na economia informal (R204, 20.) O acesso a creches de alta qualidade e outros serviços de cuidado é necessário para promover a igualdade de gênero na economia informal (R204, 21).<sup>12</sup>

## 9 **Economia social e solidária**<sup>13</sup>

A economia social e solidária tem objetivos económicos e sociais e promove a solidariedade e a inclusão social. <sup>14</sup> A R204 faz referência à importância de promover o cooperativas e outras unidades económicas de solidariedade social, como as sociedades mútuas (11g). Políticas e leis facilitadoras devem ser promovidas, e recursos e programas de apoio fornecidos, incluindo apoio financeiro, informação e assessoria, treinamento, pesquisa e inovação.

A promoção da economia social e solidária pode abrir caminho para um modelo de trabalho e produção equitativo e redistributivo, que reconheça e valorize todas as formas de trabalho. A transformação necessária para alcançar tal modelo deve começar agora, com um compromisso com planos de recuperação que enfoquem as transições da economia informal para a formal. <sup>15</sup>

A experiência mostra que modelos descentralizados de economia social solidária de médio porte, baseados em processos de governança local, estão a contribuir para reduzir a desigualdade nos níveis de base. A promoção das unidades de economia social e solidária contribuirá para aumentar sua produtividade.

A discussão geral deste ano sobre “desigualdades e mundo do trabalho” deve servir de base para a discussão geral do próximo ano sobre “trabalho decente e economia social e solidária”, com ênfase na criação de modelos de economia social e solidária, por exemplo, cooperativas, como caminhos para a transição da economia informal para a formal (R204, 11g).<sup>16</sup>

---

<sup>11</sup> Relatório OIT “Inequality”, para. 38

<sup>12</sup> Para mais detalhes, consultar: [Position Paper on Extending Social Protection to Women and Men in the Informal Economy for the General Discussion on Social Protection during the ILC in June 2021.](#)

<sup>13</sup> Cooperativas e unidades da economia social e solidária estão incluídas na definição de “unidades económicas” na R204, 3c e 4a.

<sup>14</sup> Website OIT, [https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/projects/WCMS\\_546299/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/projects/WCMS_546299/lang-en/index.htm)

<sup>15</sup> WIEGO. COVID-19 and the world’s two billion informal economy workers,. <https://www.wiego.org/COVID19-Platform>

<sup>16</sup> ILO report “inequality”, para. 110

This year's general discussion on "inequalities and the world of work" should build the basis for next year's general discussion on "decent work and the social and solidarity economy", with an emphasis on creating social and solidarity economy models, for example cooperatives, as pathways to transitioning from the informal to the formal economy (R204, 11g).

### 10 Representação e poder de negociação coletiva – “Nada para nós, sem nós”

A aplicação dos direitos fundamentais dos trabalhadores à liberdade de associação e à negociação coletiva (R204, 16a e 31) aos trabalhadores da economia informal é um pré-requisito para delinear estratégias acordadas para reduzir a desigualdade e para a recuperação económica pós-pandemia. As trabalhadoras e os trabalhadores da economia informal fazem parte da classe trabalhadora e suas organizações fazem parte do movimento sindical. Portanto, devem ser representados diretamente e incluídos em fóruns de negociação a nível local e nacional, incluindo consultas tripartidas e mecanismos de tomada de decisão, onde as políticas que afetam suas condições de trabalho e meios de subsistência são elaboradas, implementadas e monitoradas.

## Conclusão

Precisamos de uma mudança de mentalidade que veja a informalidade como criadora de desigualdade. Aplicando os direitos dos trabalhadores à economia informal, incluindo o direito de negociação coletiva, e implementando as intervenções facilitadoras que irão melhorar as condições de subsistência dos trabalhadores por conta própria, bem como melhorar a proteção social de todos os trabalhadores na economia informal, é possível que uma redução significativa da desigualdade possa ser alcançada tanto entre os países como dentro deles.